GLOBALIZAÇÃO E NEOLIBERALISMO: AS BASES DA INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NO FIM DO SÉCULO XX

Monia Karine Azevedo, UEM e IFPR, monia_azevedo@hotmail.com
Mário Luiz Neves de Azevedo, UEM, mlnazevedo@uem.br

1. INTRODUÇÃO

A internacionalização da educação superior consolidou-se como uma agenda central no cenário global a partir do final do século XX, especialmente nas décadas de 1980 e 1990. Segundo de Wit (2002), o que é compreendido hoje por internacionalização da educação foi inaugurado nas décadas de 80, período este marcado por profundas mudanças estruturais no mundo, como a emergência de políticas neoliberais e a aceleração da globalização, que transformaram os objetivos da internacionalização da educação superior. Nesse contexto, as motivações acadêmicas e humanitárias nas conexões internacionais passaram a conviver, e muitas vezes conflitar, com racionalidades econômicas e mercadológicas, delineando as trajetórias distintas que a internacionalização da educação assumiria nas décadas seguintes.

Diante disto, este trabalho tem como objetivo discutir como o neoliberalismo e a globalização constituíram bases para a internacionalização da educação superior no fim do século XX, destacando suas principais implicações e contradições. O problema que orienta o estudo consiste em compreender: de que modo as transformações estruturais associadas ao neoliberalismo e à globalização redefiniram as racionalidades da internacionalização da educação superior, tensionando a cooperação acadêmica e mercantilização?

2. METODOLOGIA

Esta pesquisa tem natureza qualitativa, de caráter teórico fundamentado em revisão bibliográfica. O levantamento bibliográfico foi realizado por meio da consulta a

artigos científicos e obras de referência no campo da internacionalização da educação superior, globalização e neoliberalismo.

3. DISCUSSÃO DOS DADOS

A consolidação da internacionalização da educação superior no final do século XX ocorreu em um ambiente de crise econômica e reestruturação política global. O cenário neste período, especialmente entre os anos 70 e 80, foi caracterizado por uma crise do capitalismo e pelo consequente desmantelamento do *Welfare State* (Berhing e Boschetti, 2017). A emergência de líderes como Ronald Reagan, nos Estados Unidos da América, e Margaret Thatcher, no Reino Unido, que passaram a defender uma política neoliberal, marcou esse período. Os princípios centrais defendidos por essa política incluíam o papel mínimo do estado, o predomínio do individualismo, a defesa da competição, e a busca individual pelo bem-estar. Os neoliberais defendem a livre circulação de capitais e garantia de investimentos, ideias que viriam a marcar profundamente a educação nas próximas décadas (Berhing e Boschetti, 2017).

No campo da educação internacional, um reflexo direto dessas políticas foi a redução do financiamento público voltado à educação. No Reino Unido, Thatcher implementou restrições progressivas às despesas públicas e instituiu o *full-cost fees* para estudantes internacionais, cobrando o custo integral de sua formação. Além de reduzir a presença do Estado no financiamento universitário, estas medidas transformaram o recrutamento de estudantes estrangeiros em estratégia de recomposição orçamentária das universidades públicas, contribuindo para consolidar a educação superior como setor comercializável (de Wit, 2015).

Seguindo o modelo do Reino Unidos, ao longo das últimas décadas, em países como os Estados Unidos, Nova Zelândia e Austrália a educação superior tornou-se uma importante fonte de renda, gerando, muitas vezes, uma receita maior do que aquela decorrente da exportação de outros produtos (Azevedo, 2025; de Wit, 2002). Isso desencadeou uma busca por reputação e competição por mercado de estudantes que podem arcar com os custos de mensalidade (de Wit, 2002). Além do mais, no início dos anos 2000, a educação foi incluída como um dos serviços do Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços, pela Organização Mundial do Comércio (OMC) (Jaramillo e

Knight, 2005) - uma das várias organizações supranacionais criadas após a acentuação da globalização para articular ações nas relações multinacionais - o que acentuou a comercialização da educação.

Paralelamente ao avanço neoliberal, consolidava-se um segundo fenômeno decisivo: a globalização. Held, McGrew, Goldblatt e Perraton (1999) definem globalização como um conjunto de processos que transformam a organização espacial das relações e transações sociais, produzindo fluxos e redes de interação e poder em escala transcontinental. Esses autores destacam quatro dimensões centrais do fenômeno: a ampliação das atividades políticas e econômicas para além das fronteiras nacionais; a intensificação dos fluxos de negócios, migração e cultura; o desenvolvimento de sistemas de transporte e comunicação; e a crescente indefinição entre questões domésticas e globais. Para Iriye (2013), embora processos globalizantes já pudessem ser identificados no final do século XIX, eles foram interrompidos e reconfigurados pelas guerras mundiais, retomando a força a partir da década de 1960. Nas décadas seguintes, observou-se uma perda gradual de centralidade do Estado-nação em favor de organizações não governamentais e corporações multinacionais.

No que tange a educação, neste cenário podemos observar a internacionalização da educação como resposta à globalização (Leask, 2015; Van der Wende, 2007). Para Irye (2013) com a emergência de uma economia global, há o surgimento de preocupação com problemas transnacionais, meio ambiente, direitos humanos, migrações, por exemplo, que precisavam ser resolvidos através da cooperação entre países; e, segundo van der Wende (2007), há uma demanda para que a educação superior possa contribuir para a superação destes desafios. Além do mais, espera-se que a educação superior possa também auxiliar no preparo das pessoas para lidar com as diferenças culturais que esse entrelaçamento global apresenta.

Assim, observamos que a globalização e internacionalização da educação estão interligadas, mas não são sinônimos: a segunda pode ser usada para direcionar estrategicamente os efeitos da primeira. Para van der Wende (2008), a internacionalização da educação é um caminho utilizado por governos em resposta à globalização pois "é um processo mais facilmente conduzido pelos governos do que a globalização" (p.275, tradução nossa)[1]. O desafio para a internacionalização da educação é contribuir para

[1] Original em inglês: "is a process more readily steerable by governments than is globalization".

equilibrar globalização econômica com responsabilidade social, logrando maior equidade, qualidade e desenvolvimento global sustentável. Marginson (2010), contudo, defende que o movimento internacional na educação não é apenas produto da globalização, mas que é também agente, uma vez que as universidades podem cumprir o papel de trazer os países para um maior engajamento global.

Assim a globalização e os cortes financeiros de governos neoliberais trouxeram mudanças no sentido da intensificação da internacionalização da educação, mas também uma alteração qualitativa para este processo, com as racionalidades econômicas tornando-se mais prevalentes do que as políticas (de Wit, 1998). Bamberger, Morris e Yemini (2019) argumentam que, embora a internacionalização seja frequentemente apresentada como promotora de ideais humanitários — como cosmopolitismo, diversidade e cooperação —, na prática, esses ideais se misturam com valores neoliberais, como competição, meritocracia e mercado.

Muitos autores buscam diferenciar estas duas trajetórias da dimensão internacional da educação que aqui abordamos, da cooperação e da exploração econômica, atribuindo a elas diferentes terminologias. Azevedo (2025) faz uso dos termos internacionalização e transnacionalização para referir-se a cada uma delas, sendo que a segunda nomenclatura refere-se a agenda educacional centrada no capitalismo.

Para Bamberger, Morris e Yemini (2019), apesar de uma hegemonia da internacionalização da educação como meio de exploração financeira, existem ainda outras perspectivas. Na China, por exemplo, a internacionalização da educação é fortemente conduzida pelo Estado, e é voltada ao desenvolvimento nacional e ao fortalecimento de seu poder científico e global. Em Israel, reflete a identidade judaica do país e as restrições impostas pelo conflito regional, e volta-se para a construção da excelência acadêmica e parcerias estratégicas globais. Já em Cuba, a internacionalização se baseia em princípios socialistas e solidários, voltada à cooperação educacional e à justiça social. Para os autores, estes exemplos demonstram que a internacionalização é um fenômeno plural, influenciado por contextos locais, e não uma expressão uniforme da lógica neoliberal. Uma outra tendência da internacionalização da educação observada por de Wit (2024), é a tentativa de distanciamento da mercantilização da educação nos países do Sul Global. Para este autor, principalmente após a pandemia, o Sul Global tem construído uma versão mais inclusiva e responsável de internacionalização. Este

movimento se dá através de parcerias Sul-Sul, e de propostas como internacionalização em casa, internacionalização do currículo, e internacionalização compreensiva.

4. CONCLUSÃO

A internacionalização da educação superior foi profundamente influenciada por transformações associadas ao neoliberalismo e à globalização. A ascensão neoliberal promoveu redução do investimento público e incentivou universidades a adotarem estratégias de financiamento alinhadas à lógica de mercado, contribuindo para a mercantilização e a competição na educação superior. Ao mesmo tempo, a globalização intensificou interdependências e fluxos entre países, ampliando demandas por cooperação acadêmica e formação intercultural. Conclui-se que, a partir destas mudanças, a internacionalização da educação superior constituiu-se como um fenômeno multifacetado, marcado pela coexistência entre perspectivas cooperativas e mercadológicas.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, M. L. N. **Internacionalização da educação superior e geopolítica do conhecimento: perspectivas do Sul Global**. Maringá: EDUEM, 2025.

BAMBERGER, A.; MORRIS, P.; YEMINI, M. Neoliberalism, internationalisation and higher education: connections, contradictions and alternatives. ***Discourse: Studies in the Cultural Politics of Education,*** v. 40, n. 2, p. 203-216, 2019.

DE WIT, H. **Internationalisation of higher education in the United States of America and Europe: a historical, comparative, and conceptual analysis**. Westport, CT: Greenwood Press, 2002.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez Editora, 2017.

DE WIT, H. et al. **Internationalization of higher education.** Brussels: European Parliament, Directorate-General for Internal Policies, 2015.

DE WIT, H. Undoing internationalisation? Webinar apresentado no **Centre for Higher Education Transformations** (CHET), University of Bristol, 27 nov. 2024. Disponível em: https://chet.bristol.ac.uk/seminarseries/. Acesso em: 31 out. 2025.

IRIYE, A. **Global and transnational history**. London: Palgrave Macmillan, 2013.

JARAMILLO, Isabel Cristina; KNIGHT, Jane. Key actors and programs: Increasing connectivity in the region. In: **Higher Education in Latin America**, p. 301, 2005.

MARGINSON, S. Higher education in the global knowledge economy. **Procedia – Social and Behavioral Sciences,** v. 2, n. 5, p. 6962-6980, 2010.

VAN DER WENDE, M. Internationalization of higher education in the OECD countries: challenges and opportunities for the coming decade. **Journal of Studies in International Education**, v. 11, n. 3-4, p. 274-289, 2007.